

Ata da 23.^a Sessão Ordinária, em 15 de Março de 1.951

Presidência do sr. Júlio Xavier, secretariada pelos srs. Chafic Cury e Dagoberto Pusch.

As quatorze e trinta horas, é registada a presença dos seguintes srs. Deputados: Júlio Xavier, Chafic Cury, Dagoberto Pusch, Dario Marchesini, Amadeu Puppi, Alcides Caetano, Antonio Annibelli, Antonio Baby, Francisco Soares, Jorge de Lima, José Hoffmann, Rezende Filho, Silveira Rocha, Vieira de Alencar, Edwino Tempiski, Fleury da Rocha, Francisco da Costa, Vargas de Oliveira, Joaquim de Lacerda, Portugal Tavares, Américo Teti, João Viana, Nilson Ribas, Constâncio Souza, Accioly Filho, Anísio Luz, Cândido de Oliveira Neto, Cardoso da Silveira, Emílio Carazzai, Ernesto Moro, Guatagara Borba, João Ribeiro Júnior, Rosa Filho, Waldemiro Pedroso, Hélio Setti, Atilio Barbosa e Lustosa de Oliveira (37); achando-se ausentes, com causa justificada, os seguintes: Rivadavia Vargas, Divonsir Côrtes, Laertes Munhoz, Vespertino Pimpão, Ernani Benghi, Iracy Vianna, João Chede e Mário Faraço (8).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO,

passando o sr. 2.^o Secretário à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE — Em discussão a ata.

O SR. VIEIRA DE ALENCAR — (Sobre a ata) — Sr. Presidente, em meu discurso de ontem, fiz referência ao discurso do deputado Edwino Tempiski e, ao mesmo tempo, signifiquei de forma positiva o fato de estar o governo do Estado dando cumprimento ao decreto que estabeleceu os convênios de ensino do Es-

tado com os Municípios e ampliando-os.

E a ata diz que fiz comentários sobre o discurso do deputado Tempiski, omitindo essa parte referente aos convênios.

Sr. Presidente, esta a retificação que queria fazer á ata.

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão a ata. (Pausa). Não havendo mais quem queira discuti-la, está aprovada com as observações feitas pelo nobre deputado Vieira de Alencar.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO procede á leitura do seguinte.

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

— Dos srs. Prefeito Municipal de Araiporanga e Governador do Estado do Piauí, acusando o recebimento do ofício-circular n. 180, desta Casa, comunicando a instalação da 2.^a Legislatura Estadual. Ciente Arquite-se.

— Do sr. Secretário da Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa, acompanhando de um exemplar do Relatório de 1950, daquela Instituição. Agradeça-se.

— Do sr. Américo Teti, comunicando sua eleição para Presidente da Comissão de Polícia desta Assembléia e remetendo cópia da ata de instalação daquela Comissão. A imprimir.

TELEGRAMA:

— Do sr. A. Castelo Branco, auxiliar do sr. Diretor Geral dos Correios e Telégrafos do Rio de Janeiro informando haver sido encaminhado ao órgão competente, para os convenientes exames e providen-

cias que se tornarem necessárias, o inteiro teor do telegrama enviado por esta Assembléa, com referência á instalação do serviço telegráfico na cidade de Sertanópolis. Ao conhecimento do sr. Deputado interessado.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Não há oradores inscritos.

O SR. AMADEU PUPPI — Peço a palavra, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. AMADEU PUPPI — Sr. Presidente, nobres Deputados.

Tômo a liberdade de apresentar a esta colenda Assembléa, um projeto de lei que está redigido do seguinte modo: (lê):

.... «PROJETO DE LEI N.º»

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANA

DECRETA:

Art. 1.º — É isenta do imposto de transmissão de propriedade imóvel inter-vivos a transação que vise a aquisição de pequena propriedade urbana ou rural, por parte daquele que a destina para a sua morada.

Parágrafo único — Só gozará do benefício desta lei o adquirente não proprietário de outro imóvel.

Art. 2.º — Como pequena propriedade se entende:

I — O prédio e respectivo terreno que:

a) nos municípios de exatoria estadual de 1.ª categoria, não ultrapassem o valor de Cr.\$ 10.000,00;

b) nos municípios de exatoria estadual de 2.ª categoria, não ultrapassem o valor de Cr.\$ 20.000,00;

c) nos municípios de exatoria estadual de 3.ª categoria não ultrapassem o valor de Cr.\$ 30.000,00;

d) nos municípios de exatoria es-

tadual de 4.ª categoria, não ultrapassem o valor de Cr.\$ 35.000,00;

e) exceto o município de Curitiba, onde este limite é aumentado para o valor máximo de Cr.\$ 40.000,00.

II — O terreno, cujo valor não exceda um terço daquele fixado no item anterior.

III — O imóvel rural de valor não superior a Cr.\$ 20.000,00.

Art. 3.º — A aquisição da pequena propriedade, nos termos desta lei, quando por valor superior aos limites mencionados até o dobro, estará sujeita ao pagamento apenas da diferença do imposto entre o valor da avaliação e o limite aplicável.

Art. 4.º — Aplicam-se os dispositivos desta lei á transmissão de propriedade causa-mortis, cujos quinhões, isoladamente, não sejam de valor superior a um terço dos limites previstos pelo artigo 2.º cabendo ao juiz decidir a respeito da isenção, ouvindo o representante da Fazenda se de condição pobre o beneficiário.

Art. 5.º — Para os efeitos desta lei, será o valor da propriedade estimado de acôrdo com o disposto no Regulamento do imposto de transmissão.

Art. 6.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 15 de março de 1951.»

O projeto está devidamente apoiado.

Sr. Presidente, também tenho a honra de encaminhar a V. Excia. e á Casa, o seguinte requerimento (lê):

«REQUERIMENTO»

Sr. Presidente:

Considerando que o art. 22 e seu parágrafo único das Disposições Constitucionais Transitorias diz da forma de colaboração entre o Governo do Estado e o Serviço de Ali-

mentação da Previdência Social;

Considerando que a situação dos operários paranaenses, mormente nas grandes cidades como Curitiba, Ponta Grossa, etc., requer a atenção dos poderes públicos;

Considerando que o Governo anterior teve quatro anos para ordenar providências no sentido do cumprimento daquele dispositivo constitucional, e

Considerando, finalmente, que o povo do Paraná, mormente as classes operárias, devem tomar conhecimento da falta de cumprimento daquele dispositivo constitucional,

REQUEREM

os deputados que este subscrevem, que, depois de ouvido o Plenário, se digne esta Casa encaminhar ao Poder Executivo pedido de informações nos seguintes termos:

«Quais as providências que tomou o Governo cujo mandato expirou em Janeiro último para, cumprindo uma autorização constitucional, beneficiar, principalmente as classes operárias ou menos favorecidas, com a aquisição de prédio próprio ou alugado para o restaurante a ser instalado pelo SAPS».

São estes, sr. Presidente, projeto e requerimento que tinha a apresentar.

O SR. PRESIDENTE — Continua a hora do Expediente.

O SR. VIEIRA DE ALENCAR — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. VIEIRA DE ALENCAR — Sr. Presidente, nobres Deputados.

Pedi a palavra para solicitar da Mesa providências e atenção para um fato que, julgo, é do conhecimento da mesma: diz respeito aos jornais curitibanos, credenciados nesta Assembléia, onde tem assento uma bancada de imprensa, recebida cavalheirescamente por todos os pares desta Casa. O fato é o seguinte: tenho observado que os jornais «O Dia» e a «Gazeta do Povo», não sei em que fundamentos, omitem propositalmente as ocorrências aqui verificadas. Se são jornais pertencen-

tes a empresas econômicas de plasmação político-partidária, ainda assim não poderiam justificar, de forma alguma, a omissão que fazem dos fatos ocorridos na Assembléia. Poderão, em seus editoriais, em suas colunas políticas, nos artigos assinados, expender sua opinião, criticar, acrimosamente mesmo atacar-nos violentamente, se assim o quiserem. É um direito conferido à Imprensa e é um apanágio da democracia.

O que não podemos compreender, e que nos surpreende bastante, é o fato de, numa sessão legislativa como a de ontem, onde foram focados, por um representante da UDN, assuntos de magnitude, porquanto se referiu S. Excia. à instrução pública, num afã esclarecedor, num alerta à opinião pública, individualizando casos, alinhando números, fazendo com que a consciência livre do Paraná pudesse realmente se inteirar do que ocorre nesse tão importante setor da administração pública, nada digam os jornais credenciados nesta Casa, sobre o assunto.

Tive oportunidade de corroborar as palavras do nobre representante da UDN, procurando, também, desfazer o equívoco lavrado pelo ilustre representante do P. S. D., sr. Lustosa de Oliveira. Ouvimos um pedido de congratulações a um cidadão paranaense que havia sido guindado a um alto cargo da administração pública federal. No entanto, meus senhores, surpreendido, vejo esses dois jornais, «O Dia» e a «Gazeta do Povo», de tanta tradição, os mais antigos da nossa Capital, sem qualquer motivo que possa ser considerado, apenas fazerem uma referência ao pedido de congratulações e esquecerem que outros Deputados, nesta Casa, abordaram assuntos de extraordinária magnitude. Se têm ingresso nesta Casa, se estão credenciados, não poderiam ferir, como feriram, de forma flagrante, a ética profissional...

O Sr. Portugal Tavares — Muito bem.

O SR. VIEIRA DE ALENCAR — ... (cont.)... omitindo fatos em pura e simples demonstração de facciosismo extremado e bastante condenável.

Creio que esses fatos não devem e não podem continuar, mesmo porque as consciências livres dos cidadãos do Paraná, que lêem esses jornais manifestamente filiados às correntes pessedistas, hão-de estranhar que o partidatismo político chegue até o ponto da omissão pura e simples de fatos ocorridos nesta Assembléia. E' de se lamentar, pelas penas brilhantes, pelos jornalistas que empregaram, durante décadas, sua atividade intelectual a serviço da imprensa do Paraná, de honrosas tradições.

Sr. Presidente, peço, portanto, a V. Excia., que, com a autoridade que desempenha nesta Casa, se dirija aos dois referidos matutinos, advertindo-os de que poderão atacar à vontade aqueles deputados que, porventura, julgarem acertado; que expendam sua crítica, que publiquem seus editoriais, que orientem sua ação jornalística no sentido que bem entenderem, mas que não dêem guarida à omissão dos fatos ocorridos nesta Assembléia, porque assim estarão ferindo os mais comezinhos princípios da ética profissional jornalística.

Era o que eu tinha a dizer.

SR. PRESIDENTE — A Mesa se escusa de tomar as providências solicitadas pelo sr. deputado Vieira de Alencar, junto à representação jornalística desta Casa, porquanto esta Presidência julga que à imprensa cabe exercer o sagrado direito de crítica. Enquanto nos mantivermos nesta presidência, asseguraremos, nesta Assembléia, à imprensa credenciada, o mais amplo direito de liberdade de crítica, a que esta própria presidência se submete na apreciação dos seus atos.

O SR. VIEIRA DE ALENCAR — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. VIEIRA DE ALENCAR — Sr. Presidente, V. Excia., ou não compreendeu meu pedido ou não quis entender. Não disse absolutamente que a Mesa ou a Presidência opusesse qualquer obstáculo ao direito de crítica dos atos desta As-

sembléia. Solicitei a V. Excia. que a imprensa, aqui credenciada, não omitisse, por uma comezinha questão de ética profissional, os fatos que aqui ocorrem. Se credenciados estão nesta Casa para esclarecer o público com seu relatos, não poderão, sem ferir a ética profissional, omitir o que ocorre nesta Casa. Quem sabe eu esteja enganado, mas V. Excia. talvez não tenha percebido o sentido de minhas palavras de minha solicitação.

O SR. PRESIDENTE — Continua a hora do Expediente.

O SR. HÉLIO SETTI — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. HÉLIO SETTI — Sr. Presidente, continuando nas nossas observações em torno dos atos que sucederam à posse do novo Governador do Estado, desejo encaminhar à Mesa um pedido de informações, a fim de que V. Excia. o encaminhe ao Poder Executivo estadual, para que o mesmo se digne de informar a esta Casa quais as razões que levaram o atual Governo a exonerar o sr. Bruno Adélio Ferreira, membro do Corpo Expedicionário Brasileiro, das funções de extranumerário-mensalista, referência III, lotado no Colégio Estadual do Paraná; e informar, também, se a exoneração se processou respeitando-se as condições legais.

E' o pedido de informações, que desejo encaminhar a V. Excia.

E' encaminhado à Mesa o seguinte:

PEDIDO DE INFORMAÇÕES

Exmo. sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado.

Continuando em nosso trabalho de esclarecimento dos fatos relacionados com as exonerações procedidas pelo atual Governo, o deputado que este subscreve, solicita da Mesa o encaminhamento do presente ao Chefe do Executivo do Estado, afim de que informe a esta Casa sobre o seguinte:

1.º — Quais as razões que levaram o atual Governo a exonerar o sr. Bruno Adélio Ferreira, membro do Corpo Expedicionário Brasileiro, das funções de Extranumerário-Mensalista, referência III, equivalente aos vencimentos de Cr.\$ 600,00 (seiscentos cruzeiros) mensais, lotado no Colégio Estadual do Paraná.

2.º — Informar, também, si a exoneração se processou respeitando-se os dispositivos legais.

Sala das Sessões, 15 de março de 1951.

(a) **HELIO SETTI**

O SR. PRESIDENTE — Continua a hora do Expediente.

O SR. EDWINO TEMPKI — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. EDWINO TEMPSKI — Sr. Presidente, queria solicitar os bons ofícios de S. Excia. sr. Amâncio Môro, para que tome medidas urgentes e mesmo, se necessário, drásticas, contra a Cia. Telefônica do nosso Estado, cujos serviços, acredito, não merecem qualificação. É um problema que reclama solução urgente, porquanto tenho a impressão de que a paciência de todos os curitibanos já está esgotada.

Sr. Presidente, solicito assim a V. Excia., que a Casa oficie nesse sentido ao digno Prefeito da Capital.

O SR. PRESIDENTE — O pedido de V. Excia. será atendido. Continua a hora do Expediente.

O SR. WALDEMIRO PEDROSO — (*) Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. WALDEMIRO PEDROSO — Sr. Presidente e nobres srs. Deputados.

Tomei a palavra para apresentar projeto de lei que visa prestar modesta homenagem a um grande vul-

to de medicina brasileira. Refiro-me ao professor Cesar Pernetá, cujo nome proponho seja dado ao Hospital de Crianças pertencente à Secretaria de Saúde e Assistência Social.

Cesar Pernetá iniciou a formação da sua cultura média no nosso Hospital de Crianças, onde consumiu grande parte de sua mocidade. Presentemente residindo no Rio e sendo considerado um dos maiores pediatras brasileiros, permanece no leito com a saúde abalada, depois de uma vida dedicada ao bem do próximo e ao estudo.

Nada mais justo, portanto, que nós, paranaenses, lhe prestemos esta singela mas significativa homenagem, que venho de submeter à consideração da Casa, eis que o ilustre conterrâneo elevou de muito o renome da cultura médica do nosso querido Estado.

O Sr. Portugal Tavares — V. Excia. permite um aparte (Assentimento do orador) — Desejava significar a minha solidariedade irrestrita de paranaense, à homenagem justa que V. Excia. acaba de propor à Assembléia: dar-se o nome de Cesar Pernetá ao Hospital de Crianças de Curitiba, V. Excia., com esse gesto, presta uma homenagem sincera e reconhecida do povo paranaense a esse moço que é, efetivamente, o «príncipe da pediatria nacional».

O Sr. Amadeu Puppi — V. Excia. permite um aparte? (Assentimento do orador). — Desejo também solidarizar-me com o projeto de lei de V. Excia. Devemos todos reconhecer o indiscutível valor de Cesar Pernetá.

O Sr. João Viana — V. Excia. permite um aparte? (Assentimento do orador) — Peço permissão também para associar-me prazeirosamente, ao projeto. Estou inteiramente de acôrdo em que o meu ex-professor receba essa alta distinção, pois, efetivamente, é um dos valores da ciência e cultura medicas do Paraná.

O Sr. Joaquim Linhares — V. Excia. permite um aparte? (Assentimento do orador). Associo-me, de coração, não só eu, como todos os

médicos que compõem a bancada da UDN, a este projeto justo, a esse projeto patriótico, enviado por V. Excia. à Mesa.

O SR. WALDEMIRO PEDROSO — Como vemos sr. Presidente, este projeto de lei já está aprovado, com a manifestação de todas as bancadas, que também, como eu, reconhecem em Cesar Pernetá o grande vulto da medicina paranaense.

O Sr. Atilio Barbosa — V. Excia. permite um aparte? (**Assentimento do orador**) — Quero dar a V. Excia. o apóio da bancada do PSP.

O Sr. Nilson Ribas — V. Excia. permite um aparte? (**Assentimento do orador**) — Quero também, como ex-aluno do dr. Cesar Pernetá, associar-me à justa homenagem que o colega acaba de propor.

O Sr. Vieira de Alencar — V. Excia. permite um aparte? (**Assentimento do orador**) — A nossa bancada também se associa à justíssima homenagem que se presta ao grande sábio paranaense.

O SR. WALDEMIRO PEDROSO — Sr. Presidente, diante dessa magnífica manifestação de solidariedade ao meu projeto de lei, que visa homenagear Cesar Pernetá, requeiro que se telegrafe ao sr. dr. Cesar Pernetá, no Rio de Janeiro, comunicando o gesto da Assembléia do Paraná, que manifesta a sua simpatia e apreço a esse médico modesto, culto e inteligente, que no seu leito de dor ainda continua a iluminar aqueles que o procuram, porque Cesar Pernetá, dentro da sua modéstia, esconde um grande coração.

Era, sr. Presidente, o que eu tinha a pedir à Casa, junto com o meu projeto de lei.

(*) — Não foi revisto pelo orador. É encaminhado a Mesa o seguinte:

«PROJETO DE LEI N.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO PARANÁ

D E C R E T A:

Art. 1.º — O Hospital de Crianças, pertence à Secretaria de Saúde e Assistência Social, passa a denominar-se Hospital de Crianças «Cesar Pernetá».

Art. 2.º — A presente Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 15 de março de 1951.

(a) **Waldemiro Pedroso**

O SR. DARIO MARCHESINI — Peço a palavra, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. DARIO MARCHESINI — Sr. Presidente, srs. Deputados.

A bancada da União Democrática Nacional empresta sua solidariedade à justa homenagem proposta pelo nobre deputado Waldemiro Pedroso, dando-se o nome do eminente médico paranaense Cesar Pernetá ao Hospital de Crianças. Disse.

O SR. PRESIDENTE — Continua a hora do Expediente. (**Pausa**). Não havendo quem mais queira fazer uso da palavra, declaro encerrada a hora do Expediente.

Passa-se á

ORDEM DO DIA,

que é constante de Trabalho das Comissões. Não os há sobre a mesa.

O projeto de lei de autoria do sr. Amadeu Puppi, lido por S. Excia. na hora do Expediente, está devidamente apoiado e será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça.

O Pedido de Informações de autoria do sr. Amadeu Puppi, lido por S. Excia. na hora do Expediente, será devidamente encaminhado.

O Pedido de Informações de autoria do sr. Hélio Setti, lido por S.

Excia. na hora do Expediente, será devidamente encaminhado.

Submeto à apreciação da Casa o requerimento verbal do sr. Waldemiro Pedroso, no sentido de que a Assembléia telegrafe ao dr. Cesar Pernetá, no Rio de Janeiro, dando-lhe ciência da homenagem que, nesta sessão, a Casa lhe prestou. — Os srs. Deputados que o aprovam queiram conservar-se sentados. **Aprovado.**

Sendo esta a última sessão deste período de convocação extraordinária, iniciada a 1.º de fevereiro e que hoje termina, a Mesa traz ao conhecimento da Casa uma Sinópse dos trabalhos realizados nesta fase.

O SR. 1.º SECRETARIO procede à leitura da Sinópse dos trabalhos realizados durante o 1.º período de convocação extraordinária.

(Nota da Redação de Debates: A Sinópse, acha-se publicada no fim desta ata).

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, correspondente ao período de convocação extraordinária de 2 de fevereiro a 15 de março, e convoco outra para amanhã, à hora regimental, para instalação do 2.º período de convocação extraordinária, de 16 de março a 15 de abril, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Instalação do 2.º período de convocação extraordinária.
Levanta-se a sessão.

TRABALHOS REALIZADOS NA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINARIA

— SINOPSE —

2.ª Legislatura — 1951

Convocação extraordinária. —
Período de 1.º — 2-51 a 15-3-51

COMPOSIÇÃO DA MESA: — Resultante das eleições realizadas à 1.ª e 2 de fevereiro, a Mesa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná ficou com a seguinte constituição:

PRESIDENTE — Deputado JOLIO ROCHA XAVIER.

1.º — Vice-Presidente — Deputado RIVADAVIA BARBOSA VARGAS.

2.º — Vice-Presidente — Deputado ATILIO DE ALMEIDA BARBOSA.

1.º — Secretário — Deputado Chafic Cury.

2.º — Secretário — Deputado Dagoberto Pusch.

3.º — Secretário — Deputado Dário Marchesini.

4.º — Secretário — Deputado Amadeu Pupi.

— REQUERIMENTO —

Os Deputados infra assinados, com fundamento no artigo 16, parágrafo único, da Constituição do Estado, e artigo 12, do Regimento Interno, convocam a Assembléia para reunir-se, extraordinariamente, no período de 3 de fevereiro corrente a 15 de março, devendo a primeira ser realizada às 10 horas, do referido dia 3.

Sala das Sessões, em 2 de fevereiro de 1951 — (aa) Accioly Filho, João Chede, Ribeiro Júnior, Cândido de Oliveira Neto, Emilio Carrazzi, Ernani Benghi, Cardoso da Silveira, Guataçara Borba, Ernesto Moro, Mário Faraco, Dias da Rosa, Iracy R. Viana, Waldemiro Pedroso, Hélio Setti e Anísio Luz.

— COMISSÕES DE:

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA:

Jorge de Lima	P. T. B.
Antônio Anibelli	P. T. B.
Divonsir Côrtes	P. T. B.
Laertes Munhoz	U. D. N.
Dario Marchesini	U. D. N.
Constâncio de Souza	P. S. P.
Vespertino Pimpão	P. R.
Américo Teti	P. R.
Mário Faraco	P. S. P.
Accioly Filho	P. S. P.
Cândido de Oliveira Neto	P. S. D.

FINANÇAS E ORÇAMENTO:

José Hoffmann	P. T. B.
Rezende Filho	P. T. B.
Portugal Tavares	P. R.
Laertes Munhoz	U. D. N.
Edwino Tempski	U. D. N.
Iracy Vianna	P. S. D.
Anísio Luz	P. S. D.

**AGRICULTURA, INDÚSTRIA E
COMÉRCIO:**

Alcides Caetano	P. T. B.
Edwino Tempiski	U. D. N.
Nilson Ribas	P. R.
Constâncio Souza	P. S. P.
João Chede	P. S. D.

INSTRUÇÃO PÚBLICA:

Vieira de Alencar	P. T. B.
Dário Marchesini	U. D. N.
Amadeu Pupi	P. R. P.
Emílio Carazzai	P. S. D.

**OBRAS, TRANSPORTES E CO-
MUNICAÇÕES**

Antônio Baby	P. T. B.
Francisco Costa	U. D. N.
Portugal Tavares	P. R.
Hélio Setti	P. S. D.
Ernesto Moro	P. S. D.

**TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLO-
NIZAÇÃO:**

Divonsir Côrtes	P. T. B.
Joaquim de Lacerda	U. D. N.
Nilson Ribas	P. R.
Constâncio de Souza	P. S. D.
Cardoso da Silveira	P. S. D.

POLÍCIA:

Francisco Soares	P. T. B.
Francisco Costa	U. D. N.
Américo Teti	P. R.
Constâncio de Souza	P. S. P.
Dias da Rosa	P. S. D.

SAÚDE PÚBLICA:

Silveira Rocha	P. T. B.
Fleury da Rocha	U. D. N.
João Viana	P. R.
Amadeu Pupi	P. R. P.
Waldemiro Pedroso	P. S. D.

TOMADA DE CONTAS:

Antônio Annibelli	P. T. B.
Laertes Munhoz	U. D. N.
Vespertino Pimpão	P. R.
Constâncio Souza	P. S. P.
Guataçara Borba	P. S. D.

REDAÇÃO:

Vieira de Alencar	P. T. B.
Joaquim de Lacerda	U. D. N.
Américo Teti	P. R.
Ribeiro Júnior	P. S. D.
SINOPSE DOS TRABALHOS REA- LIZADOS DURANTE O PERÍODO DA CONVOCAÇÃO EXTRAORDI- NÁRIA DA 1.ª SESSÃO LEGISLA- TIVA DA 2.ª LEGISLATURA, INI- CIADOS A 3 DE FEVEREIRO DE 1.951.	

SECRETARIA

Movimentação de Expediente:

Mensagens atuadas	3
Projetos de Leis atuados	10
Projetos de Resolução atuados	3
Proposições atuadas	9
Ofícios recebidos de diversos	128
Ofícios recebidos do Governo do Estado	6
Ofícios expedidos a diversos	22
Ofícios expedidos ao Governo do Estado	27
Telegramas recebidos	13
Telegramas expedidos	38
Pedidos de informação enviados	11
Sugestões enviadas	4
Projeto de lei aprovados, à san- ção	3
Resoluções	1
Portarias	5
Atos da Mesa da Assembléia	4
Requerimentos diversos	10
Tiragem do Diário da Assem- bléia	21
Sessões ordinárias realizadas	22
Sessões extraordinárias realiza- das	1

**REUNIÕES DAS COMISSÕES
PERMANENTES**

Comissão de Constituição e Justi- ça:	
Instalação. — Reuniões Ordiná- rias	6
Comissão de Finanças e Orçamen- to:	

Instalação. — Reuniões Ordiná- rias	1
--	---

Comissão de Instrução Pública:

Instalação.

Comissão de Obras, Transportes e Comunicações:

Instalação.

Comissão de Terras, Imigração e Colonização:

Instalação.

Comissão de Polícia:

Instalação.

Comissão de Saúde Pública:

Instalação.

Comissão de Tomada de Contas:

Instalação.

Comissão de Redação Final:

Instalação. — Reuniões Ordinárias 2

PROJETOS DE LEI APROVADOS:

Durante os trabalhos da convocação extraordinária da 1.^a Sessão Legislativa da 2.^a Legislatura de 1951, foram aprovados os seguintes Projetos de Lei, subindo à sanção do Senhor Governador do Estado: — 2-51, de autoria do Senhor deputado Chafic Cury, criando o Corpo Especial do Tribunal de Contas do Estado e dando outras providências.

MENSAGENS DO GOVERNO:

Durante o período da convocação extraordinária da 1.^a Sessão Legislativa da 2.^a Legislatura, foram apresentadas à Consideração da Assembléia, as seguintes Mensagens, tomadas na devida consideração:

Nr. 1 — Sobre Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a conceder auxílio de Cr.\$ 100.000,00 à Prefeitura Municipal de Jataízinho, para os fins que especifica.

Nr. 2 — Sobre Projeto de Lei que visa a criação de um cargo de Diretor do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, de provimento em comissão e de padrão «X».

Nr. 491 — Sobre Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a fazer doações em favor de entidades sociais do Estado (terrenos).

Nr. 492 — Sobre Projeto de Lei que concede pensão mensal de Cr.\$ 500,00 à Viuva Maria Querina da Silva.

SUGESTÕES:

Durante o período da convocação extraordinária da 1.^a Sessão Legislativa da 2.^a Legislatura foram encaminhadas às autoridades competentes, a requerimento dos respectivos autores, as seguintes Sugestões:

De autoria do Senhor Deputado Dagoberto Pusch, ao Governo do Estado, por intermédio da Secretaria de Viação e Obras Públicas, sobre estudo sucinto das determinantes das enchentes periódicas de diversos bairros da Capital, principalmente da parte baixa da rua João Negrão e adjacências, bem como da Avenida João Pessoa, Praça Zacarias, etc..

De autoria do sr. deputado Vieira de Alencar, ao Governo do Estado, afim de chegar ao Departamento Nacional de Energia Elétrica, os reclamos das populações dos Municípios de Uraí, Cornélio Procopio, Santa Mariana, Bandeirantes, Andará e Cambará, ante o estado catastrófico do fornecimento de energia pelas Cias., concessionárias daqueles serviços.

De autoria do sr. deputado Vieira de Alencar, ao Governo do Estado, sugerindo a realização de um Congresso Municipalista, nesta Capital.

De autoria do sr. deputado Constâncio Souza, ao Governo do Estado, sobre a possível reconstrução da estrada de rodagem que une Wenceslau Braz e Cambuí, passando por Tomazina, Pinhalão, Ibatí até Cambuí.

PROJETOS DE LEI RETIRADOS PELO AUTOR:

Durante o período da convocação extraordinária da 1.^a Sessão Legis-

lativa da 2.^a Legislatura, foram retirados pelos respectivos autores e mandados arquivar, os seguintes Projetos de Lei:

N. 356-51 — De autoria do Snr-deputado Lacerda Werneck, considerando feriado estadual o dia 31 de Janeiro de 1951. — (arquivado).

REQUERIMENTOS DE PEDIDO DE LICENÇA:

Durante os trabalhos correspondentes ao período da convocação extraordinária da 1.^a Sessão Legislativa da 2.^a Legislatura em 1951, foram apresentados à consideração da Assembléia os seguintes pedidos de Licença.

De autoria do sr. deputado Ernani Benghi, solicitando vinte dias de licença para tratamento de saúde. (votação adiada).

De autoria do sr. deputado Lustosa de Oliveira, solicitando 45 dias de licença para tratamento de saúde. (Retirado pelo autor).

De autoria do sr. deputado João Chede, solicitando noventa dias de licença para tratamento de saúde.

REQUERIMENTOS DIVERSOS:

Durante os trabalhos da convocação extraordinária da 1.^a Sessão Legislativa da 2.^a Legislatura em 1951, foram apresentados à consideração da Assembléia os seguintes REQUERIMENTOS:

De autoria do sr. deputado Accioly Filho (líder da bancada do PSD — assinatura dos demais membros da Bancada), convocando extraordinariamente a Assembléia para se reunir durante o período de 3 de fevereiro a 15 de março de 1951. — (Feita a convocação).

Do sr. deputado Accioly Filho, solicitando urgência para votação bem como dispensa das demais formalidades regimentais, para os requerimentos de licença dos srs. deputados Lustosa de Oliveira e Ernani Benhi. Rejeitada a urgência).

Do sr. deputado José Hoffmann, solicitando seja telegrafado ao Sr.

Presidente da República, manifestando os votos desta Assembléia no sentido de que seja aprovado o novo quadro de vencimentos dos servidores da RVPSC.

Do sr. deputado Divonsir Côrtes, solicitando seja enviado ao Exmo. Sr. Presidente Getúlio Vargas, as congratulações da Assembléia por tão auspicioso fato, como seja a posse, em 31 de Janeiro, no cargo de Presidente da República.

Do sr. deputado Amadeu Puppi, solicitando seja enviado ao Exmo. Sr. Governador Bento Munhoz da Netto, as congratulações da Assembléia por tão auspicioso fato (posse em 31-1-51).

Do sr. deputado Antônio Baby, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do discurso do Exmo. Sr. Presidente Getúlio Vargas, discurso esse proferido por S. Excia. em data de 18 de fevereiro, no Estádio do Maracanã.

Do sr. deputado Divonsir Côrtes, solicitando seja feita comunicação telegráfica ao sr. Comandante da 4.^a Zona Aérea, no sentido de ser inaugurado o Aeroporto da Cidade de Londrina.

Do sr. deputado Divonsir Côrtes, solicitando seja enviada mensagem telegráfica ao sr. Diretor Geral dos Correios e Telégrafos, na Capital da República, no sentido de ser ultimada a ligação dos aparelhos telegráficos na importante cidade de Sertãoópolis.

Do sr. deputado Accioly Filho, solicitando seja enviada mensagem telegráfica ao Exmo. Sr. Ministro da Educação, no sentido de ser atendida pretensão dos candidatos aprovados no concurso de habilitação da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná.

Dos srs. deputados Divonsir Côrtes e Vieira de Alencar, solicitando que, depois de consultada a Casa, se telegrafe ao Exmo. Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas, na Capital da República, para, em nome dos supremos interesses do Estado, pedir-lhe que resolva por em prática.

ca medidas que melhor venham a aparelhar a R. V. P. S. C., principalmente no trecho OURINHOS — APUCARANA.

REQUERIMENTOS DE PEDIDO DE INFORMAÇÕES

No período dos trabalhos correspondentes à convocação extraordinária da 1.ª Sessão Legislativa da 2.ª Legislatura em 1951, foram apresentados pelos respectivos autores os seguintes Requerimentos de Pedido de Informações, que foram devidamente encaminhados.

Do sr. deputado Divonsir Côrtes, solicitando ao Poder Executivo informes sobre um requerimento ou solicitação feito por um grupo de industriais chefiado pelos srs. Luiz Sguario e Lupion, atuais proprietários das «Indústrias Brasileiras de Papel Inc.», de Arapotí, neste Estado, a propósito de isenção de impostos devidos ao Estado, decorrentes da transação em apreço bem como solicitar remessa de cópias dos requerimentos ou solicitações e dos pareceres por ventura dados sobre o assunto.

Do sr. deputado João Chede, solicitando ao Poder Executivo informes sobre a estrada de rodagem Curitiba-Ponta Grossa.

Do sr. deputado Accioly Filho, solicitando ao Poder Executivo informes sobre qual a razão determinante da prisão do sr. Antonio Marques, residente em Carlópolis, efetuada a 18 do mês de fevereiro de 1951.

Do sr. deputado José Hoffmann, solicitando à Secretaria de Educação e Cultura, por intermédio do Poder Executivo, cópia do Convênio assinado entre o Governo do Estado e o Ministério da Educação, de acordo com o Decreto-Lei n. 4.958, de 14 de novembro de 1942; informe sobre qual o montante dos auxílios concedidos pela União ao Estado, por

conta do Fundo Nacional do Ensino Primário, até 31 de dezembro de 1950; qual o número de Escolas Rurais construídas pelo Governo do Estado e em que Município foram cedidas pelo Ministério da Educação para cada uma dessas Escolas Rurais, até 31 de dezembro de 1950.

Do sr. deputado Antônio Baby, solicitando à Secretaria de Viação e Obras Públicas, por intermédio do Poder Executivo, informes sobre a existência de contrato para instalação da Rede de Água e Esgotos da Cidade de União da Vitória.

Do sr. deputado Divonsir Côrtes, solicitando ao Poder Executivo informes sobre a Fundação Paranaense de Imigração e Colonização.

Do sr. deputado Rezende Filho, solicitando à Secretaria de Saúde e Assistência Social, por intermédio do Poder Executivo, informes sobre a razão determinante do não funcionamento do Posto de Higiene de Ribeirão do Pinhal.

Do sr. deputado Rezende Filho, solicitando ao Departamento de Edificações, por intermédio do Poder Executivo, informes sobre a razão de ser da paralização das reformas por que passava o Hospital Oswaldo Cruz.

Do sr. deputado Silveira da Rocha, solicitando por intermédio do Poder Executivo, informes sobre quais os edifícios pertencentes ao Estado no Distrito de Paranavaí, município de Mandaguari; quais os prédios que foram vendidos, comprados ou alugados pelo Estado, no mencionado Distrito; e qual a situação da Fazenda do Estado em Paranavaí, colocada sob a administração do sr. Telmo Ribeiro.

Do sr. deputado Silveira da Rocha, solicitando ao Poder Executivo informes sobre a existência de contrato celebrado pelo Governo do Estado, para a construção de uma

ponte sobre o Rio Ivaí, na rodovia que liga Campo Mourão a Maringá.

Do sr. deputado Hélio Setti, solicitando informes sobre quais as razões que levaram o Poder Executivo a exonerar D. Maria Aparecida Manfrinato do cargo da escriturária

«H», da Procuradoria Geral do Estado.

Em 15 de março de 1951.

(a) **CHAFIC CURY — 1.º Secretário.**
elas erigidas, e qual a verba con-